

# Relatório

**Relatório sobre a aplicação de procedimentos previamente acordados para atendimento ao Despacho ANEEL nº 4.991/11, relativo ao Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCR - Resolução ANEEL nº 396/10**

## **Companhia Transleste de Transmissão**

31 de dezembro de 2012 e 2011

# **Companhia Transleste de Transmissão**

Anexo I- Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2012 e 2011

## Companhia Transleste de Transmissão

Balancos patrimoniais regulatórios  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	1.070	854
Títulos e valores mobiliários	3.913	5.088
Contas a receber de clientes	3.043	3.517
Despesas pagas antecipadamente	-	28
Outros	418	655
	<b>8.444</b>	<b>10.142</b>
<b>Não circulante</b>		
<b>Imobilizado e intangível</b>		
Transmissão		
Em serviço	99.042	102.793
Em curso	2.627	2.572
Administração		
Em serviço	123	136
Em curso	608	513
Outros	395	12
	<b>102.795</b>	<b>106.026</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>111.239</b>	<b>116.168</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos	4.306	4.235
Fornecedores	119	142
Salários, férias e encargos sociais	10	8
Encargos de dívidas	345	373
Tributos e contribuições sociais a recolher	1.157	1.145
Dividendos a pagar	2.632	4.382
Credores diversos	1.500	1.500
Obrigações estimadas	215	196
Outras obrigações	1.418	932
	<b>11.702</b>	<b>12.913</b>
<b>Não circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos	41.210	45.158
Outras obrigações	656	915
	<b>41.866</b>	<b>46.073</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital social	49.569	49.569
Reservas de lucro	8.102	7.613
	<b>57.671</b>	<b>57.182</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>111.239</b>	<b>116.168</b>

## Companhia Transleste de Transmissão

Demonstrações do resultado regulatório  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Receita operacional		
Receita de transmissão de energia elétrica	29.786	27.759
Deduções da receita operacional		
PIS	(196)	(185)
Cofins	(905)	(850)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(755)	(709)
Pesquisa e desenvolvimento- P&D	(281)	(264)
	<u>(2.137)</u>	<u>(2.008)</u>
Receita operacional líquida	27.649	25.751
Custos operacionais		
Custo dos serviços prestados	(2.208)	(2.427)
Depreciação	(3.793)	(3.565)
Resultado do serviço	21.648	19.759
(Despesas) receitas operacionais		
Administrativas e gerais	(799)	(659)
Pessoal	(441)	(378)
Lucro antes do resultado financeiro	20.408	18.722
Despesas financeiras	(4.589)	(5.094)
Receitas financeiras	814	1.205
	<u>(3.775)</u>	<u>(3.889)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	16.633	14.833
Imposto de renda e contribuição social	(1.183)	(1.258)
Lucro líquido do exercício	<u>15.450</u>	<u>13.575</u>

# Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

## 1. Informações Gerais

A Companhia Transleste de Transmissão (a "Companhia" ou "TRANSLESTE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 28 de outubro de 2003 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar"). Através do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 009/2004 - ANEEL, datado de 18 de fevereiro de 2004, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL, foi outorgada à Companhia a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 345 kV, com 138 km de extensão, tendo origem na subestação de Montes Claros, e término na nova subestação Seccionadora de Irapé, ambas no Estado de Minas Gerais.

A Companhia entrou em operação comercial em 18 de dezembro de 2005.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, a ANEEL e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de junho a julho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial, a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

A Receita Anual Permitida- RAP, conforme Resolução Homologatória nº 1313 de 26 de junho de 2012 é de R\$ 30.326 para o ciclo de 2012/2013. Para o ciclo de 2011/2012 a ANEEL homologou uma RAP de R\$ 29.087.

O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determine a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente, contudo neste momento a Companhia não dispõe de bases confiáveis para efetuar a mensuração destes valores tendo em vista as incertezas decorrentes das condições de uso dos bens na data futura e do seu valor no tempo.

## **Companhia Transleste de Transmissão**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### **2. Apresentação das demonstrações contábeis**

#### **2.1. Declaração de Conformidade**

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 compreendem as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as disposições contidas no despacho nº 4.722, de 18 de janeiro de 2009 e na resolução nº 396/2010.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e por outros órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012, considerando para as demonstrações regulatórias as ressalvas quanto à aplicação do ICPC 01 e dos ativos e passivos regulatórios.

A apresentação das demonstrações contábeis regulatórias visa atender as determinações do órgão regulador, que é a divulgação de um conjunto de informações que representem a situação econômico-financeira da Companhia, em consonância com o arcabouço legal regulatório.

O objetivo deste relatório é demonstrar as principais diferenças entre as demonstrações societárias e regulatórias, oriundas das mudanças trazidas pela aplicação das novas práticas contábeis adotadas no Brasil. A principal diferença entre as demonstrações societárias e regulatórias está relacionada a adoção do ICPC 01 -Contratos de concessão.

As demonstrações contábeis regulatórias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações societárias, que contém as informações das notas explicativas adicionais às divulgadas neste relatório, as quais podem ser consultadas no site da Companhia.

#### **2.2. Base de preparação e apresentação**

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

## **Companhia Transleste de Transmissão**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### **2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação**

#### **2.3. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira**

##### **2.3.1. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

##### **2.3.2. Transações e saldos em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas.

##### **2.3.3. Reapresentação dos saldos societários das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011**

Os saldos das demonstrações contábeis societárias foram reapresentados visando a melhoria da qualidade das informações apresentadas e também a melhor comparabilidade dos saldos. A Companhia efetuou os seguintes ajustes e reclassificações nos saldos de 31 de dezembro de 2012:

- (a) Reclassificação efetuada entre contas devido às aplicações no Banco do Brasil (BB Amplo FICFi RF LP). Referem-se a fundo de investimento com remuneração pós-fixada, cujo valor das cotas pode variar de acordo com as cotações de mercado. Assim, os valores, que anteriormente estavam demonstrados na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", foram reclassificados para a rubrica "Títulos e valores imobiliários".
- (b) Reclassificação de software.
- (c) Reapresentação efetuada para ajuste do cálculo de impostos diferidos sobre diferenças temporárias relacionadas ao contas a receber de concessão. O saldo da reserva legal foi alterado em decorrência da alteração do resultado do exercício de 2011.

## **Companhia Transleste de Transmissão**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### **3. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação**

**2.3.1.** Reapresentação dos saldos societários das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011

(d) Reclassificação da conta de administradores da área técnica do custo de operação para conta de pessoal e administradores.

Essas reclassificações e ajustes também foram refletidas nas demonstrações contábeis regulatórias.

### **4. Sumário das principais práticas contábeis**

A seguir estão apresentadas as principais práticas contábeis pertinentes a contabilidade regulatória. O sumário das práticas contábeis adotados pela Companhia e que são aplicáveis tanto às demonstrações contábeis regulatórias como societárias podem ser consultadas no site da Companhia.

#### **3.1 Imobilizado/Intangível**

##### **3.1.1 Imobilizado**

Esses ativos estão registrados ao custo de aquisição, ou de construção. As adições subsequentes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o que inclui custos de empréstimos capitalizados.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, por categoria de bem.

Atualmente as taxas de depreciação variam entre 2,00% e 3,33% para edificações, obras civis e benfeitorias; 2,5% e 16,67% para máquinas e equipamentos; e 6,25% e 20% para equipamento geral e demais ativos.

## **Companhia Transleste de Transmissão**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### **3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação**

#### **3.1 Imobilizado/Intangível--Continuação**

##### **3.1.1 Imobilizado--Continuação**

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, quando aplicável, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente a fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

## Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 4. Demonstrações contábeis regulatórias - conciliação

A Companhia apresenta a seguir, o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício e notas explicativas, conforme modelo de demonstrações regulatórias, definido pela ANEEL no despacho nº 4.991 de 29 de dezembro de 2011.

Ativo	2012			2011		
	Societário	CPCs	Regulatório	Societário	CPCs	Regulatório
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	1.070	-	1.070	854	-	854
Títulos e valores mobiliários	3.913	-	3.913	5.088	-	5.088
Contas a receber	3.043	-	3.043	3.517	-	3.517
Ativo financeiro	30.819	(30.819)	-	29.640	(29.640)	-
Tributos e contribuições sociais a compensar	76	-	76	79	-	79
Outros	372	(30)	342	603	-	603
<b>Não circulante</b>						
Contas a receber	383	-	383	-	-	-
Ativo financeiro da Concessão	121.266	(121.266)	-	119.936	(119.936)	-
Imobilizado	147	101.480	101.627	160	105.179	105.339
Intangível	584	189	773	489	187	676
Outros	12	-	12	12	-	12
<b>Total do ativo</b>	<b>161.685</b>	<b>(50.446)</b>	<b>111.239</b>	<b>160.378</b>	<b>(44.210)</b>	<b>116.168</b>

## Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 4. Demonstrações contábeis regulatórias - conciliação--Continuação

	2012			2011		
	Societário	CPCs	Regulatório	Societário	CPCs	Regulatório
<b>Passivo Circulante</b>						
<b>Passivos regulatórios</b>						
Fornecedores	119	-	119	143	-	143
Empréstimos e financiamentos	4.651	-	4.651	4.608	-	4.608
Dividendos a pagar	2.632	-	2.632	5.942	(1.561)	4.381
Provisões pré-operacionais	1.499	-	1.499	1.499	-	1.499
Tributos e contribuições sociais	1.157	-	1.157	1.145	-	1.145
Taxas regulamentares	733	-	733	784	-	784
Outros	910	-	910	353	-	353
<b>Não circulante</b>						
<b>Passivos regulatórios</b>						
Empréstimos e financiamentos	41.210	-	41.210	45.157	-	45.157
Tributos diferidos	4.684	(4.684)	-	4.607	(4.607)	-
Taxas regulamentares	129	-	129	129	-	129
Outros	528	-	528	787	-	787
<b>Patrimônio líquido</b>						
Capital social	49.569	-	49.569	49.569	-	49.569
Reserva de lucros	53.864	(45.762)	8.102	45.655	(38.042)	7.613
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>161.685</b>	<b>(50.446)</b>	<b>111.239</b>	<b>160.378</b>	<b>(44.210)</b>	<b>116.168</b>

## Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 4. Demonstrações contábeis regulatórias - conciliação--Continuação

Conta Contábil	2012			2011		
	Societário	CPCs	Regulatório	Societário	CPCs	Regulatório
	<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>					
611.0X.X.1.03	Receita pela disponibilidade da rede elétrica					
	32.297	(2.511)	29.786	29.171	(1.411)	27.760
	32.297	(2.511)	29.786	29.171	(1.411)	27.760
	<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>					
	Tributos e Encargos					
611.0X.6.X.21	Federais					
	(1.102)	-	(1.102)	(1.035)	-	(1.035)
611.0X.7.X.31	Reserva global de reversão- RGR					
	(755)	-	(755)	(709)	-	(709)
611.0X.7.X.32	Pesquisa e desenvolvimento- P & O					
	(281)	-	(281)	(264)	-	(264)
	(2.138)	-	(2.138)	(2.008)	-	(2.008)
	<b>RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA.</b>					
	30.159	(2.511)	27.648	27.163	(1.411)	25.752
	<b>CUSTOS NAO GERENCIÁVEIS - Parcela "A"</b>					
615.0X.1.9.38	Taxa de fiscalização					
	(151)	-	(151)	(142)	-	(142)
	<b>RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIAVEIS</b>					
	30.008	(2.511)	27.497	27.021	(1.411)	25.610
	<b>Custos serviços prestados</b>					
615.02.X.X.01	Pessoal					
	(329)	-	(329)	(274)	-	(274)
615.02.X.X.11	Material					
	(80)	38	(42)	(32)	-	(32)
615.02.X.X.21	Serviços de terceiros					
	(1.268)	29	(1.239)	(1.537)	(10)	(1.547)
616	Custo de construção					
	-	-	-	(207)	207	-
615.02.X.X.53	Depreciação					
	-	(3.793)	(3.793)	-	(3.565)	(3.565)
	(62)	-	(62)	(41)	-	(41)
	28.269	(6.237)	22.032	24.930	(4.779)	20.151
	<b>LUCRO BRUTO</b>					
	28.269	(6.237)	22.032	24.930	(4.779)	20.151
	<b>Despesas Operacionais</b>					
615.0X.X.X.01/02	Pessoal e administradores					
	(888)	-	(888)	(743)	-	(743)
615.04.X.X.11	Material					
	(15)	-	(15)	(15)	-	(15)
615.04.X.X.21	Serviços de terceiros					
	(532)	-	(532)	(471)	-	(471)
	(195)	-	(195)	(198)	-	(199)
	(1.630)	-	(1.630)	(1.428)	-	(1.428)
	<b>RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO</b>					
	26.639	(6.237)	20.402	23.502	(4.779)	18.723
	<b>RESULTADO EXTRA-CONCESSÃO</b>					
631 (-)631.06.1.2	Receita financeira					
	814	-	814	1.205	-	1.205
635 (-)635.06.1.2	Despesa financeira					
	(4.589)	-	(4.589)	(5.094)	-	(5.094)
	<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES IRR/JCSLL</b>					
	22.864	(6.237)	16.627	19.613	(4.779)	14.834
710.0X.1.2.02/4	Imposto de renda					
	(783)	-	(783)	(844)	-	(844)
710.0X.1.2.01/3	Contribuição Social					
	(394)	-	(394)	(415)	-	(415)
	(77)	77	-	(44)	44	-
	21.610	(6.160)	15.450	18.310	(4.735)	13.575

## Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 5. Ativo imobilizado e intangível regulatório

O saldo do imobilizado e intangível regulatório, é como segue:

#### a) Composição do imobilizado

	Saldos em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2011
Em serviço		
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.257	5.257
Máquinas e equipamentos	118.767	118.728
Móveis e utensílios	255	250
	<u>124.279</u>	<u>124.235</u>
Depreciação		
Máquinas e equipamentos	(23.753)	(20.136)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(1.424)	(1.252)
Móveis e utensílios	(125)	(105)
	<u>(25.302)</u>	<u>(21.493)</u>
Em curso		
A ratear	99	100
Material em depósito	2.452	2.422
Outros	99	74
	<u>2.650</u>	<u>2.596</u>
Total	<u>101.627</u>	<u>105.338</u>

#### b) Composição do intangível

Em serviço	187	187
Em curso	586	489
Total	<u>773</u>	<u>676</u>
<b>Total geral</b>	<u>102.400</u>	<u>106.014</u>

## Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 5. Ativo Imobilizado e intangível regulatório--Continuação

#### c) Bens vinculados à concessão:

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A movimentação do imobilizado e intangível regulatório e a depreciação no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, segue:

	Em curso	Em serviço	Depreciação	
	Imobilizado	Imobilizado	Amortização	Total
	Intangível	Intangível	Acumulada	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.955	124.415	(17.903)	109.467
Adição	160	-	(3.590)	(3.430)
Baixas	(23)	-	-	(23)
Transferências	(7)	7	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.085	124.422	(21.493)	106.014
Adição	196	-	(3.810)	(3.614)
Baixas	-	-	-	-
Transferência	(46)	46	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.235	124.468	(25.303)	102.400

### 6. Lucro líquido

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido societário	21.610	18.310
Efeito dos ajustes entre contabilidade regulatória e societária	(6.160)	(4.735)
Lucro líquido regulatório	15.450	13.575

## **Companhia Transleste de Transmissão**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### **6. Lucro líquido--Continuação**

O principal ajuste efetuado pela Companhia nas demonstrações contábeis societárias está relacionado ao imobilizado, ou seja, a partir de 01 de janeiro de 2009 a Companhia adotou e utilizou para fins de contabilidade societária as previsões da interpretação ICPC 01 emitida pelo CPC ("equivalente ao IFRIC12 das normas internacionais de contabilidade conforme emitido pelo IASB"). Esta Interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas, quando:

- o concedente controle ou regulamente quais serviços devem ser prestados, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço que deve ser cobrado; e,
- o concedente controle - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação do ICPC 01, a infraestrutura construída, ampliada, reforçada ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle (muito menos de propriedade) do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles (imobilizado) revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de construção) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (equivalente ao IAS 11, conforme emitido pelo IASB) e CPC 30- Receitas (equivalente ao IAS 18, conforme emitido pelo IASB). Caso o concessionário realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

## **Companhia Transleste de Transmissão**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### **6. Lucro líquido--Continuação**

Assim, a contrapartida pelos serviços de construção ou melhorias efetuadas nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos.

O ativo financeiro se origina na medida em que o operador tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se,houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência. O ativo intangível se origina na medida em que o operador recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público. Se os serviços de construção do concessionário são pagos parte em ativo financeiro e parte em ativo intangível, é necessário contabilizar cada componente da remuneração do concessionário separadamente.